

Brasil

## POLÍTICA DE PRIVACIDADE

### I – INTRODUÇÃO

O tratamento de dados pessoais faz parte do curso natural dos nossos negócios, eles são essenciais para que possamos fornecer aos nossos clientes produtos e serviços alinhados aos seus perfis, cumprir obrigações contratuais, e atender a diversas responsabilidades de natureza legal e regulatória perante as autoridades competentes. Prezando pelos compromissos de ética, transparência e segurança que orientam a conduta do Grupo Crédit Agricole no Brasil (CA BRASIL) junto a todos os seus clientes, colaboradores e parceiros, por meio desta Política de Privacidade (ou simplesmente, “**POLÍTICA**”) buscamos informar de qual forma e com qual propósito desenvolvemos o tratamento de dados pessoais, atentos à importância de promovermos padrões rígidos de confidencialidade, monitorando e prevenindo riscos de violação à privacidade.

Esta POLÍTICA constitui parte integrante de todo e qualquer contrato firmado e qualquer operação de tratamento de dados pessoais pelo CA BRASIL, portanto, é muito importante que nossos clientes e colaboradores a compreendam e procurem periodicamente verificar quaisquer atualizações. Sempre que necessário, a POLÍTICA poderá sofrer alterações que serão publicadas em nossos websites. Uma vez publicadas, serão válidas, eficazes e vinculantes.

### II – NOSSOS COMPROMISSOS

- O CA BRASIL está comprometido a seguir a Lei Geral de Proteção de Dados (“**LGPD**”) e demais normas de proteção de dados aplicáveis, bem como a respeitar todos os direitos dos seus Titulares com relação aos dados pessoais que são fornecidos voluntariamente pelos próprios Titulares ou que recebidos de outra forma;
- As operações de tratamento realizadas pelo CA BRASIL são desenvolvidas em observância aos princípios de “Privacy by design” (privacidade desde a concepção dos nossos produtos e serviços) e “Privacy by default” (privacidade como padrão em todos os nossos procedimentos e sistemas) com o intuito de garantir que cada atividade que envolva dados pessoais seja realizada prezando pela proteção da privacidade dos titulares dos dados coletados desde o seu desenho à sua implementação;
- Caso a finalidade da coleta para o tratamento de dados pessoais necessite do seu consentimento, este será obtido de forma objetiva e esclarecida através dos nossos documentos;
- Em atenção às melhores práticas de privacidade do mercado financeiro e às garantias delineadas na LGPD, o CA BRASIL está comprometido a limitar sua coleta à menor quantidade de dados pessoais necessária para atender às finalidades descritas nesta POLÍTICA, bem como a excluí-los, destruí-los ou anonimizá-los à medida em que não for mais necessário armazená-los (por força de lei ou não).
- O CA BRASIL adota medidas técnicas, administrativas e de segurança razoáveis a fim de proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e acidentais ou contra situações ilegais durante eventuais transferências;
- As operações de transferência internacional de dados se darão apenas para países ou organismos internacionais que proporcionem grau de proteção semelhante ao previsto na legislação brasileira;
- A transferência de dados pelo CA BRASIL para terceiros se dará somente quando verificado o compromisso destes agentes com a privacidade dos Titulares; e

- Os dados pessoais coletados não serão vendidos, alugados ou divulgados publicamente.

### III – GLOSSÁRIO

Com o intuito de facilitar a compreensão sobre o escopo e os limites para o tratamento de dados pelo CA BRASIL e proteção promovida aos dados pessoais, os termos a seguir terão os seguintes significados:

“**Titular**” – é a pessoa física titular dos dados pessoais, que são por ela fornecidos voluntariamente ao CA BRASIL ou recebidos de outra forma. Dependendo do tipo de produtos ou serviços ofertados ou prestados coletamos alguns dados pessoais e demais informações da sociedade a que representa, seus sócios e seus funcionários.

“**Dado pessoal**” - significa toda informação relacionada a um Titular como dados cadastrais, dados financeiros, dados de contato, dados que obtemos através de Terceiros ou bases públicas.

“**Controlador**” – É a pessoa física ou jurídica responsável pela tomada de decisões relacionadas ao tratamento dos dados pessoais dos titulares, no âmbito desta POLÍTICA, CA BRASIL.

“**Operador**” – É a pessoa física ou jurídica que trata dados pessoais em nome do Controlador.

“**Tratamento**” – significa toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a obtenção, acesso, análise, transferência, armazenamento, anonimização, deleção, dentre outras.

“**Anonimização**” – significa o processo de despersonalização dos dados pessoais por meio da remoção de qualquer associação destas informações aos titulares a quem elas se referem. Como resultado, um dado anonimizado não é um dado pessoal.

“**Grupo Crédit Agricole**” – significa o conjunto de empresas controladas, coligadas e afiliadas à Crédit Agricole Corporate and Investment Bank (Matriz), sociedade devidamente constituída e existente sob as leis da França, que pertencem ou venham a pertencer ao mesmo grupo econômico do CA BRASIL.

### IV – OBJETO E ALTERAÇÕES A ESTA POLÍTICA

Esta POLÍTICA tem por objeto a descrição das operações de tratamento de dados pessoais realizadas pelo CA BRASIL, o que inclui informações a respeito dos dados pessoais que são coletados, como são utilizados e compartilhados, bem como quais os direitos dos Titulares de dados pessoais. Ela se aplica a toda operação de tratamento realizada pelo CA BRASIL com dados pessoais, sejam eles diretamente coletados pelo CA BRASIL ou recebidos de outras formas, independente do meio ou suporte em que forem tratados.

Sendo regularmente revisada para assegurar a conformidade com leis, regulamentações e novas tecnologias, que podem gerar mudanças nos nossos procedimentos e documentos, sugerimos que o Titular acesse regularmente esta POLÍTICA, e que observe a data de atualização informada abaixo.

### V – DADOS COLETADOS E SUA FORMA DE TRATAMENTO

O CA BRASIL, enquanto Controlador, apenas trata dados pessoais com a autorização respaldada em uma das bases legais previstas na LGPD. Tal autorização pode ser o seu consentimento; a necessidade de tratar esses dados para cumprir um contrato que firmamos ou firmaremos com o Titular ou pessoa – física ou jurídica – que o Titular representa; para atender uma obrigação legal ou regulatória; ou para alcançar nossos legítimos interesses, sempre de forma a equilibrar nossa necessidade com os direitos e liberdades fundamentais do Titular.

### VI – ARMAZENAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

O período de armazenamento pelo qual o CA BRASIL manterá os dados pessoais depende da finalidade para a qual foram coletados. O tratamento se prolongará enquanto necessário para a prestação de serviços e o cumprimento de obrigações contratuais, legais, regulatórias e de políticas internas de gerenciamento de riscos, de modo a viabilizar o contínuo desenvolvimento e aprimoramento dos produtos e serviços que fornecemos aos nossos clientes, bem como para o exercício regular de direito em processos administrativos, judiciais e arbitrais.

Uma vez constatada a desnecessidade do armazenamento dos dados pessoais coletados para fins comerciais, o período de retenção destas informações poderá ser estendido à medida em que for necessário para conformidade do CA BRASIL com obrigações legais ou regulatórias aplicáveis, estritamente pelo período legal delimitado nestas normas.

À medida em que não houver finalidade legal ou comercial para o armazenamento dos dados pessoais, essas informações serão excluídas das bases de dados do CA BRASIL ou retidas de forma anonimizada e para uso exclusivo do CA BRASIL.

Caso o Titular deseje que o CA BRASIL não mais realize o Tratamento dos seus dados pessoais, deve entrar em contato com o nosso Encarregado, através do e-mail [dpo.brazil@ca-cib.com](mailto:dpo.brazil@ca-cib.com). A eliminação dos dados poderá impedir o prosseguimento do relacionamento comercial do cliente junto ao CA BRASIL.

## VII – TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS PARA TERCEIROS

O CA BRASIL poderá compartilhar com terceiros os dados pessoais coletados no âmbito da sua relação com o Titular, o que poderá ser feito para as seguintes finalidades:

- Suporte aos nossos negócios por parceiros comerciais, prestadores de serviços e contratados, caso em que será limitada a quantidade de dados pessoais divulgados àqueles necessários para a prestação dos serviços ou oferta dos produtos contratados pelo CA BRASIL;
- Cumprimento de obrigações legais ou regulatórias, quando exigido pela legislação aplicável; ou para atender a decisões judiciais ou regulamentos governamentais; e
- Para reportar às autoridades governamentais aplicáveis de tratamentos que, de boa-fé, CA BRASIL acreditar serem ilegais; em situações que envolvam ameaças de segurança física a qualquer pessoa; ou quando a divulgação for necessária de modo razoável para a proteção dos direitos e propriedades de CA BRASIL.

A transferência de dados de CA BRASIL para terceiros somente se dará quando verificado o compromisso destes agentes com a privacidade dos Titulares, e se assegurada a adoção das medidas de segurança, técnicas, físicas e organizacionais aptas a proteger os dados pessoais tratados, inclusive contra acessos não-autorizados, situações acidentais ou ilícitas de perda, destruição, alteração, comunicação, ou, ainda, qualquer forma de tratamento de dados pessoais inadequada ou ilícita.

Com o intuito de garantir a segurança dos dados pessoais, o CA BRASIL adota as medidas técnicas, administrativas e de segurança razoáveis a fim de proteger dados pessoais contra acessos não autorizados e acidentais ou contra situações ilegais durante eventuais transferências.

Os dados pessoais não serão transferidos, vendidos, alugados ou divulgados de qualquer maneira que não esteja em conformidade com esta POLÍTICA, conforme permitido ou previsto pela legislação aplicável ou com seu consentimento.

## VIII – TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

Considerando que o CA BRASIL faz parte de um grupo econômico internacional com sociedades localizadas em diversas partes do mundo e matriz em território francês, **o Titular concorda que CA BRASIL poderá transferir seus dados pessoais entre as empresas do Grupo Crédit Agricole, como parte do curso normal de suas atividades.**

Nas hipóteses de transferência internacional de dados pessoais, o CA BRASIL adotará as medidas adequadas para proteger tais dados pessoais de acordo com esta POLÍTICA, o que inclui a implementação de cláusulas contratuais padrão a serem estabelecidas junto a qualquer operador localizado fora do território brasileiro, exigindo que esses agentes também adotem medidas razoáveis de segurança que proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto na LGPD. Em função da transferência para território internacional, os dados pessoais podem estar sujeitos a leis estrangeiras e podem ser acessíveis por autoridades governamentais, juízos, agências de aplicação da lei e agências regulatórias estrangeiras.

O CA BRASIL assegura, ainda, que operações de transferência internacional de dados se darão apenas para países ou organismos internacionais que proporcionem grau de proteção semelhante ao previsto na legislação brasileira e tomaremos as medidas adequadas para garantir que eles estarão em segurança.

## IX – SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

O CA BRASIL emprega medidas de segurança técnicas, físicas e organizacionais aptas a proteger os dados pessoais tratados no âmbito da relação comercial ou empregatícia com o Titular ou pessoa que ele representa, inclusive contra acessos não-autorizados, situações acidentais ou ilícitas de perda, destruição, alteração, comunicação, ou, ainda, qualquer forma de tratamento de dados pessoais inadequada ou ilícita.

Os dados pessoais coletados estarão armazenados em ambiente seguro, observado o estado da técnica disponível, e somente poderão ser acessados por pessoas qualificadas e autorizadas pelo CA BRASIL.

Apesar do uso de medidas de segurança que ajudam a proteger dados pessoais contra distribuição não-autorizada, má utilização ou alteração, em função da estrutura e dos riscos inerentes à Internet, não é tecnicamente possível garantir a completa segurança das informações fornecidas, de modo que o CA BRASIL não se responsabiliza por quebras de segurança que fujam ao seu controle razoável.

Na hipótese de uma violação de sistemas de segurança, tomaremos as medidas cabíveis para conter e mitigar eventuais danos, e o Titular será devidamente notificado, nos termos das leis e regulamentos aplicáveis.

## X – DIREITOS DO TITULAR

O Titular dos dados pessoais tratados pelo CA BRASIL tem uma série de direitos relacionados à gestão e proteção dos seus dados pessoais, conforme abaixo:

**Direito de Confirmação da Existência de Tratamento:** A qualquer momento, o Titular tem o direito de confirmar se o CA BRASIL está tratando quaisquer dados pessoais a ele relacionados;

**Direito de Acesso:** o Titular tem o direito de solicitar que o CA BRASIL divulgue ou forneça o acesso, de forma clara e adequada, às informações relacionadas ao tratamento de seus dados pessoais, juntamente com as categorias de fontes das quais eles foram coletados, a finalidade do seu tratamento, o período durante o qual elas serão armazenadas e as categorias de terceiros com quem compartilhamos seus dados pessoais;

**Direito de Correção:** o Titular tem o direito de exigir a correção de quaisquer dados incorretos, incompletos ou desatualizados que o CA BRASIL tenha com relação aos seus dados pessoais;

**Direito de Anonimização:** o Titular tem o direito de exigir que seus dados pessoais sejam tratados de uma forma que não mais possam ser associados direta ou indireta a ele. Isso somente é possível em situações em que os dados pessoais em questão forem considerados desnecessários, excessivos ou tratados de forma que não esteja em conformidade com as disposições da LGPD;

**Direito de Bloqueio:** o Titular tem o direito de solicitar a interrupção do tratamento dos seus dados pessoais pelo CA BRASIL. Isso somente é possível em situações em que os dados pessoais em questão forem considerados desnecessários, excessivos ou tratados de forma que não esteja em conformidade com as disposições da LGPD;

**Direito de Exclusão:** o Titular tem o direito de solicitar que os seus dados pessoais coletados pelo CA BRASIL sejam excluídos. Isso somente é possível em situações em que os dados pessoais em questão foram coletados com o consentimento do Titular ou se esses dados forem considerados desnecessários, excessivos ou tratados de forma que não esteja em conformidade com as disposições da LGPD. Observe, entretanto, que em certas situações CA BRASIL não é obrigado a excluir esses dados pessoais, por exemplo: (i) quando os dados são necessários para completar a operação para a qual seus dados pessoais foram coletados; (ii) para fornecer um produto ou serviço solicitado pelo Titular ou pessoa que ele representa; (iii) para cumprir uma obrigação legal; (iv) para garantir a integridade e segurança do nosso sistema ou de outro modo utilizar seus dados previamente anonimizados internamente de forma legítima;

**Direito de Portabilidade (Transferência):** o Titular cliente pessoa física tem o direito de receber seus dados pessoais em um formato estruturado, comumente utilizado e legível por máquina de forma que o Titular possa transmitir a outro Controlador, nos termos das futuras regulamentações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados;

**Direito de Informação:** o Titular tem o direito de ser informado sobre as entidades públicas e privadas com as quais seus dados pessoais são compartilhados e também de ser informado sobre a possibilidade de negar o consentimento e sobre as consequências dessa negação;

**Direito de Revogação de Consentimento:** o Titular tem o direito de revogar o seu consentimento, por meio de um procedimento gratuito e facilitado. A partir do momento em que o Titular revogar seu consentimento, o CA BRASIL não mais tratará quaisquer dos dados pessoais para as finalidades com respaldo em seu consentimento anterior; e

**Direito de Revisão de Decisões com Base em Tratamento Automatizado:** o Titular tem o direito de acessar informações claras e adequadas com relação aos critérios e procedimentos utilizados para gerar uma decisão que foi tomada somente com base em tratamento automatizado de seus dados pessoais.

Para o exercício de quaisquer dos direitos descritos acima, o Titular pode enviar mensagem para o endereço de e-mail do Encarregado (“DPO”) do CA BRASIL: [dpo.brazil@ca-cib.com](mailto:dpo.brazil@ca-cib.com).

À medida em que o CA BRASIL valoriza a segurança e a confidencialidade dos dados pessoais, o exercício desses direitos pelo Titular dependerá de uma prévia validação da sua identidade, necessária para que o CA BRASIL possa certificar de que o Titular é a pessoa a respeito de quem foram coletados os dados pessoais. Para tanto, o CA BRASIL verifica cuidadosamente cada solicitação e o Titular deverá fornecer uma cópia digitalizada de um documento de identidade oficial juntamente com sua solicitação para fins de verificação.

Os direitos do Titular se aplicam aos dados pessoais que são controlados ou compartilhados pelo CA BRASIL, nesse sentido, terceiros operadores que receberam dados pessoais para alguma das finalidades descritas acima serão notificados para que tomem todas as medidas necessárias a fim de cumprir as suas solicitações.

## XI – O ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Caso o Titular tenha eventuais dúvidas sobre as práticas adotadas pelo CA BRASIL em relação aos seus dados pessoais, ou ainda deseje fazer eventuais comentários sobre esta POLÍTICA, deve entrar em contato conforme as informações abaixo e comunicar sua solicitação ao Encarregado do CA BRASIL:

Nome do Encarregado “DPO”: Andrea A. Cortelaso  
E-mail: [dpo.brazil@ca-cib.com](mailto:dpo.brazil@ca-cib.com)

BANCO CRÉDIT AGRICOLE BRASIL S.A.  
Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 4.440, 3º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, São Paulo-SP  
Telefone: (11) 3896-6300

Nos reservamos o direito de atualizar ou modificar esta POLÍTICA a qualquer momento e sem notificação prévia.

A presente POLÍTICA deverá ser interpretada segundo a legislação brasileira aplicável, mais especificamente de acordo com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018).